

TRAJETÓRIAS DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Graciela González de Morell*
Marinez Villela Macedo Brandão**
Luzía Fátima Baierl***
Lucia Maria Machado Bógus****

População em Situação de Rua é: “Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (definição construída pelo Ministério de Desenvolvimento Social). É um dos grupos - senão o *grupo* - de maior exclusão social. Silver, 1994 (*apud* Leal, 2008) identifica três significados recorrentemente atribuídos ao conceito de exclusão social: 1) *A exclusão como déficit de integração*; 2) *A exclusão como forma de discriminação* e 3) *A exclusão como a não realização da cidadania*. A exclusão da população em situação de rua perpassa os três significados.



O goiano Raimundo Arruda Sobrinho, de 66 anos, vive há 27 anos na rua. Já trabalhou como pedreiro e jardineiro. Hoje, passa o dia sentado em um banco improvisado num canteiro do bairro de Pinheiros, escrevendo "ideias soltas"

*Doutora em Saúde Pública (FSP/USP). UNIFESP-Baixada Santista. Coordenação do Observatório das Metrôpoles- Baixada Santista.
**Doutora em Ciências Sociais (PUC/SP). UNIFESP-Baixada Santista. Coordenação do Observatório das Metrôpoles- Baixada Santista.
***Doutora em Serviço Social (PUC/SP). UNIFESP-Baixada Santista e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles-Baixada Santista.
****Doutora em Arquitetura (FAU/USP). PUC/SP e coordenadora do Observatório das Metrôpoles São Paulo.

1. Apresentação

Este artigo tem como finalidade analisar, em profundidade, as informações derivadas do *Censo de População de Rua-2009: Perfil da população em situação de rua na cidade de Santos* de 2009, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Santos, e que no marco de um projeto de Extensão Universitária, contou com a participação de docentes e discentes da UNIFESP/Baixada Santista. Esses atores participaram na preparação do levantamento de campo, nas entrevistas, na análise de dados, em audiências públicas e na difusão de resultados em eventos científicos. Em 2013 foi realizado um novo censo, cujas informações, em linhas gerais, foram similares as obtidas anteriormente.

A partir desses trabalhos, firmou-se um campo de produção coletiva e ampliada de conhecimentos capaz de contribuir diretamente com o processo de formulação e implementação de políticas públicas direcionadas à população em situação de rua. Sob essas bases, foi possível refletir e integrar conhecimentos teórico-metodológicos das diversas áreas que estudam a população de rua e, a partir desses conhecimentos, colaborar com a construção de saberes, processos e estratégias para abordagem e intervenção política e técnica no âmbito local, viabilizar a extensão como ato educativo vinculado ao processo de formação e, desse modo, aproximar a comunidade acadêmica das demandas, desafios e possibilidades presentes na realidade social.

No Brasil, são escassos os estudos sobre a população em situação de rua. No início de 2000, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, tornaram-se pioneiros na produção de censos demográficos desse segmento populacional. Em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, realizou uma pesquisa nacional da população em situação de rua, fundamental para o conhecimento da temática no Brasil, identificou 31.922 pessoas (maiores de 18 anos) em situação de rua (se considerar as pesquisas realizadas por iniciativas das cidades excluídas desse processo, é possível estimar um número aproximado de 50.000 pessoas nas ruas) e permitiu caracterizar o seu perfil sociodemográfico e econômico.

Entretanto, ainda que a pesquisa nacional possa apresentar dados significativos, também interessa à gestão municipal a produção de outras escalas de análise, mais próximas da realidade local e para tanto os dados encontrados devem ser debatidos coletivamente pelo conjunto de organizações governamentais e não governamentais que atuam com a população em situação de rua, permitindo que esse movimento reflexivo confira visibilidade e legitimidade política às características e demandas da população em situação de rua e apoio aos processos de gestão municipal da política de assistência social.

1.1 Introdução

Tomar a situação da população de rua e as formas pelas quais o Estado e a sociedade vêm se relacionando com a mesma é uma temática que impõe desafios no plano conceitual, metodológico e político.

No plano conceitual, o jargão “população de rua” parece não demonstrar a complexidade e a diversidade de trajetórias, de relações e de condições de vida e trabalho que firmam a questão.

No plano metodológico, se verifica a dificuldade na produção de pesquisas sobre essa população, dada a sua própria caracterização e condição de flutuante e nômade. Como exemplo, o censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não abrange os moradores de rua justamente por causa da ausência de domicílio.

Sob a dimensão política há de se considerar as formas e estratégias de mediação estatal na relação de classes e na relação público-privado que adentram a agenda pública dos governos e estabelecem a responsabilidade pela provisão de necessidades sociais e coletivas de proteção social.

Nos últimos anos as informações sociais e demográficas para fins de formulação e implementação de políticas públicas vêm ganhando ênfase e se apresentando como demanda de interesse estratégico nos processos de gestão governamental. Contudo, embora as informações sejam insumos básicos para o conhecimento e intervenção na realidade social elas não são ferramentas absolutas. É fundamental apreender a natureza complexa da temática – população em situação de rua - a partir das múltiplas determinações que a conformam e, combinar produção de dados e informações com a formulação e implementação de políticas públicas.

Esses elementos contextualizam a relevância social e acadêmica desta análise ao provocar um debate sobre as concepções e práticas em vigor e contribuir para a elaboração da práxis de um conhecimento resultante do confronto com a realidade.

1.2 Objetivos

A pesquisa teve com Objetivo Geral contribuir com o processo de formulação e implementação de políticas públicas direcionadas à população em situação de rua no município de Santos e abarcou as atividades de:

- Apoio à gestão municipal da política de assistência social na caracterização do perfil sociodemográfico e econômico da população em situação de rua.

- Promoção de espaços formativos e participativos estimuladores da reflexão, da construção e reformulação de conhecimentos, de estratégias e de práticas pertinentes às políticas públicas voltadas à população em situação de rua.
- Criação de estratégias para a articulação intersetorial das políticas públicas municipais de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, áreas responsáveis pela estruturação da rede de proteção às pessoas em situação de rua.

1.3 Metodologia

O Projeto de Extensão teve como finalidade contribuir com a produção e análise de informações voltadas para a melhoria da oferta de serviços de atenção à população em situação de rua. Com o intuito de problematizar a produção e análise de dados sobre a população de rua; apreender seus significados; construir conhecimentos e orientar fóruns de participação social e de reflexão sobre as informações que possam ser norteadoras de políticas públicas, alguns aspectos, em relação à natureza deste Projeto foram definidos:

- Sua dimensão interdisciplinar e interprofissional – temática de interesse no processo de formação e no exercício profissional das diversas áreas de conhecimento dos Cursos da UNIFESP – Campus da Baixada Santista;
- Sua dimensão interinstitucional, intergovernamental e intersetorial – campo de intervenção de organizações governamentais e não-governamentais, de movimentos sociais e de conselhos e fóruns populares.

Nesse processo, a abordagem metodológica impôs a adoção de uma combinação de procedimentos. Isto porque, o processo de apreensão da realidade social se faz por sucessivas aproximações e vai se construindo e reconstruindo permanentemente (BAPTISTA, 2000).

Inventário de informações e análise de documentos: Para compor um primeiro quadro de situação geral sobre o universo deste Projeto, o passo inicial foi realizar um inventário das informações e documentos já produzidos sobre a população em situação de rua, no município de Santos.

Apreensão de referenciais teórico-metodológicos: Como condição fundamental para qualificar este Projeto tentou-se levantar e apreender os referenciais teóricos que possibilitassem a análise crítica da temática como manifestação da questão social. Essa perspectiva analítica possibilitou entender que o fenômeno população de rua não é natural, expressa traços de uma sociedade desigual e excludente.

Análise dos dados do CENSO de População de Rua-2009: Perfil da população em situação de rua na cidade de Santos constituíram a base para a análise, não no formato puramente acadêmico, mas na perspectiva participativa de inclusão das estudantes bolsistas envolvidas com o projeto de extensão nos processos de leitura, compreensão e reflexão das informações acerca da população em situação de rua.

Portanto, tendo como sujeito deste projeto a população em situação de rua, e como objeto a caracterização do perfil sociodemográfico e econômico desta população, sua abordagem metodológica impôs a adoção de uma combinação de procedimentos.

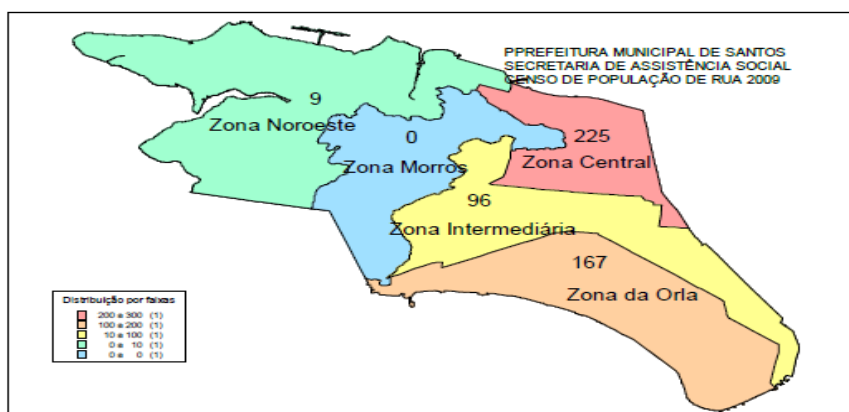
Para iniciar o conhecimento das trajetórias de vida até a chegada à situação de rua cruzaram-se informações do Censo de População de Rua-2009. Para aprofundar os saberes, adotou-se uma abordagem qualitativa que permitisse caracterizar as condições de vida e de saúde desta população e como estas se relacionam com as desigualdades sócioeconômicas e os processos de exclusão social.

2. Trabalho desenvolvido

O Censo sobre o perfil da população em situação de rua na cidade de Santos de 2009 arrolou 507 pessoas entrevistadas na noite em que o Censo foi realizado. Desse total, 119 pessoas (23%) encontravam-se abrigadas, 83 (16%) em equipamentos da prefeitura - 63 (12%) no Plantão Social e 20 (4%) no Abrigo provisório - e 36 (7%) nas ONGs - 24 (5%) no Albergue Noturno e 12 (2%) na Missão Belém - e 388 pessoas (77%) estavam na rua. Portanto, as pessoas abrigadas em equipamentos municipais representavam, apenas, 16% da população em situação de rua recenseada, e convém destacar, em noite de frio e chuva.

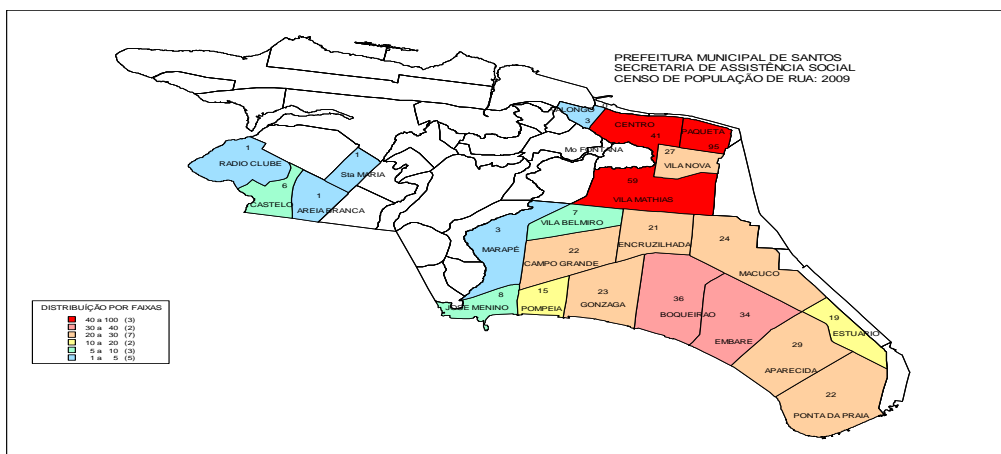
Os mapas 1 e 2 mostram a distribuição da população em situação de rua na cidade e o Quadro 1 ilustra acerca da distribuição por localização.

• Mapa 1 – Distribuição da População de Rua nas Áreas



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.

Mapa 2 – Distribuição da População em Situação de Rua nos bairros de Santos.



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.

O planejamento e desenvolvimento de políticas públicas adequadas e efetivas para a população em situação de rua exigem conhecer, além de sua distribuição geográfica, as suas características locais e, nesse sentido tornou-se necessário, descobrir quem eram os personagens descritos nos números. Não bastou, por exemplo, saber que a maioria dos entrevistados é constituída por homens, porque a minoria esconde 52 mulheres, algumas grávidas, ou que a maioria não declarou doenças porque 122 as têm, e graves, HIV, tuberculose, pneumonia, diabetes, etc.

Do cruzamento de informações do Censo, emergiram três grandes temas - considerados indissolúveis na grande temática das violações de direitos humanos, à vida e à liberdade, à moradia, ao trabalho, à saúde: Morar na Rua, Dormir na Rua, Viver da Rua. São escolhas ou determinações sociais?

Esta abordagem auxiliou na incorporação destas dimensões sociais na proposta de formação profissional das alunas bolsistas (Psicologia e Serviço Social) do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo.

As Oficinas temáticas de discussão das questões que emergiram da análise do Censo da população em situação de rua contribuíram para estimular a reflexão coletiva da Universidade, organizações governamentais e não governamentais, fóruns, movimentos sociais e conselhos que atuam na área, e a construção e reformulação de conhecimentos e práticas.

3. Dados e Análise (violações de direitos)

As indagações orientadas pelos questionamentos: porque **MORAR NA RUA?** porque **DORMIR NA RUA?** de que **VIVER DA RUA? ESTAS SÃO ESCOLHAS OU DETERMINAÇÕES SOCIAIS?** conduziram às seguintes considerações.

Os motivos apontados para morar na rua indicam que a violência é a variável central - desemprego, quebra de laços familiares, perda de moradia, problemas com familiares -, que determina e condiciona o uso da rua como espaço de moradia.

As respostas relativas à preferência por dormir na rua também revelam, nos serviços que oferecem espaços de pernoite, formas de violência travestidas de regras de convivência que não podem ser desrespeitadas.

Como as pessoas moram e dormem nas ruas também obtêm seu sustento da rua, em trabalhos desvalorizados socialmente e que põem em risco a saúde, no meio do lixo, do descartável, como as suas vidas violentadas e muitas vezes ceifadas por ataques de aqueles que engrossam as fileiras da discriminação.

Desigualdade existencial que significa a negação de (igual) reconhecimento e respeito, o reforço do estigma e da invisibilidade de certas categorias de pessoas. Como diz Therborn (2010) em seu texto “Os campos de extermínio da desigualdade” para distinguir diferença de desigualdade deve-se atentar para três aspectos. Uma diferença pode ser horizontal, a desigualdade é sempre vertical; uma diferença pode ser questão de caracterização, a desigualdade sempre viola uma norma moral de igualdade entre seres humanos; para uma diferença tornar-se uma desigualdade ela deve ser extingüível. “Em uma sentença: desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas” (Therborn, 2010).

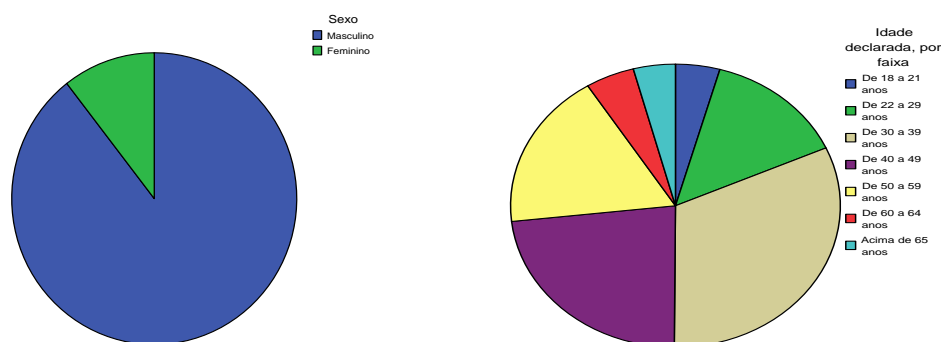
As pessoas que moram nas ruas, dormem nas ruas e obtêm seu sustento das ruas são alvo das mais graves formas de desigualdade, violência e vulnerabilidade social.

3.1 Caracterização da População em Situação de Rua

A População em Situação de Rua em Santos apresenta características comuns às observadas em levantamentos realizados em outras cidades. Assim, ela se configura:

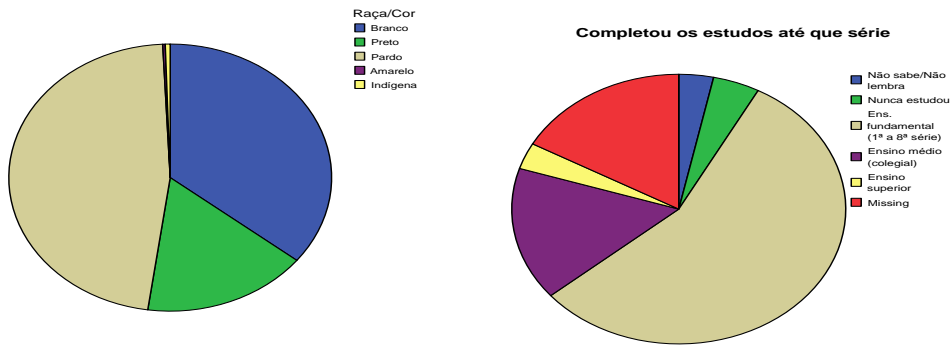
- SEXO - A População em Situação de Rua em Santos é predominantemente masculina (89,5%);
- IDADE - Mais da metade, 55%, tem entre 30 e 49 anos, 18% entre 18 e 29, próximo a um terço (27%) tem 50 anos e mais de idade, dentre eles 9% acima dos 60 anos; a idade média resulta em 41 anos;
- RAÇA/COR - 64% se declararam de raça/cor negra, 47,0% pardos e 17% pretos, porcentagens superiores aos verificados para o Brasil no Censo de População de 2010, respectivamente 50,7%, 43,1% e 7,6%;
- RENDA - Os níveis de renda semanais dos que declararam – 43% omitiram - são muito baixos. A grande maioria, 67%, consegue ganhar até R\$ 100,00, entre eles, 45% ganha até R\$50,00;
- EDUCAÇÃO - 68% dos que responderam – 17% omitiram –, completaram o Ensino fundamental (1ª. a 8ª. série), 19% o Colegial e 4% o Superior, apenas 5% nunca estudaram.
- NATURALIDADE - 53,6% nasceram no Estado de São Paulo, 20,5% em Santos e 29% na Baixada Santista.
- TEMPO EM SANTOS - A maioria está há mais de 5 anos na cidade (32,5%), a média de tempo total é de 4 anos.
- MOTIVOS PARA VIR A SANTOS - 38,5% não responderam por que vieram para Santos e para 47% o motivo foi procurar trabalho.
- SAÚDE – 15% omitiram informação, dos que responderam 28% tem alguma doença – 4% HIV e 2% tuberculose – e 41% utiliza algum serviço de saúde.

População em Situação de Rua por Sexo e Idade, Santos, 2009.



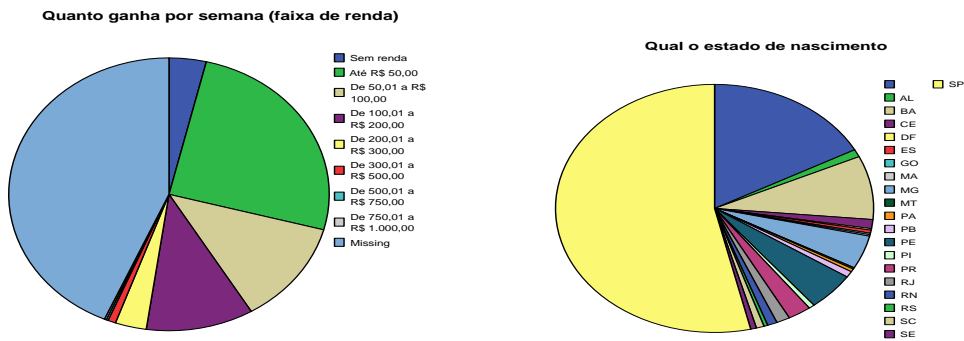
Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.

População em Situação de Rua por Raça/Cor e Escolaridade, Santos, 2009.

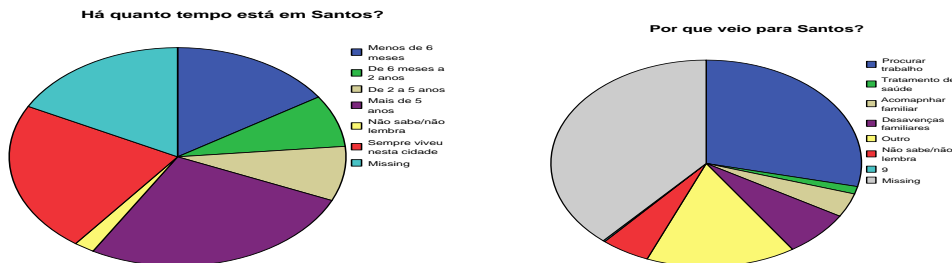


Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.

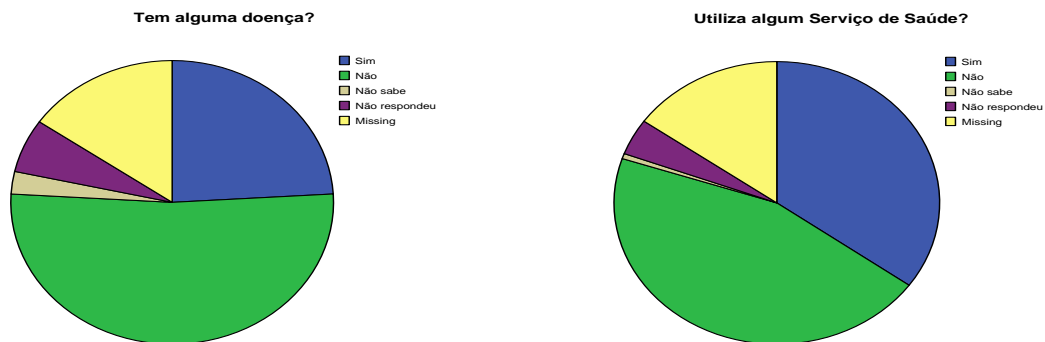
População em Situação de Rua por Renda Semanal e Estado de Nascimento, Santos, 2009.



População em Situação de Rua por Tempo em Santos e Motivo, Santos, 2009.



População em Situação de Rua por Doenças e Uso de Serviço de Saúde, Santos, 2009.



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.

3.2 Violência (porque **MORAR NA RUA?**)

Estudar a população que vive na rua ou vive da rua é dar visibilidade ao in(visível). É falar de uma população que é vista (quando o é) como a escória do mundo ou como refugos descartáveis como bem pontua Bauman (2005). Muitas são as manchetes de jornais acerca de ataques a essa população: assassinatos, diferentes formas de discriminação e preconceitos relacionados a higienização das cidades. Muitas são as formas de expressar, adjetivar e nominar essa população entendida por muitos como não cidadãos: desabrigados, habitantes de ruas, vagabundos, maloqueiros, sem-teto-, trecheiros, população de rua, moradores de ruas, mendigos, pobres, miseráveis, desocupados, pedintes, vadios, alcoólatras, loucos, bêbados, povo de rua, sofredor de rua, bandidos, perigosos, excluídos, indigentes, e a lista poderia ser interminável. A forma de denomina-los vincula-se as maneiras como se pensam o mundo e as relações sociais, portanto, envolve uma determinada concepção de homem e uma determinada concepção de sociedade. Afinal, esta população pode ser denominada como humanos – como pessoas humanas?

No dia 10 de dezembro de 1948 foi promulgada a Declaração dos Direitos Humanos dos quais o Brasil é um dos seus signatários. No site da ONU Brasil, sua página inicial reafirma direitos proclamados na Declaração:

*“Os direitos humanos **são direitos** inerentes **a todos os seres humanos**, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o **direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação**, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, **sem discriminação**. O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as **obrigações dos governos** de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos”.*

A Carta Magna da Constituição Brasileira de 1988 reafirma direitos previstos na Declaração, como **direitos civis** que se referem a liberdades individuais: direito de ir e vir, de dispor do próprio corpo, o direito à vida, à liberdade de expressão, à propriedade, à igualdade perante a lei, a não ser julgado fora de um processo regular, a não ter o lar violado; **direitos sociais** que se constituem como resultado de longo processo de lutas sociais que são direitos à educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Outro conjunto de direitos, inscritos em Leis, mas que podemos intitulá-los de **direitos difusos** são resultado de lutas que dizem respeito a dignidade humana. Seus titulares são grupos sociais e não pessoas individualmente: negros, mulheres, idosos, homossexuais. Esses direitos buscam garantir que esses segmentos sociais possam viver sem discriminação e preconceitos.

A consensualidade existente, para além das divergências entre os que defendem os direitos humanos, é de que **todos** sem exceção, independentemente de sua condição étnico-racial, econômica, social, de gênero, criminal são sujeitos e detentores de DIREITOS. Isso leva a crer que os Direitos Humanos e os direitos constitucionais são Direitos Universais e tratam dos direitos da pessoa humana.

Assim sendo, as pessoas em situação de rua e na rua são pessoas humanas, embora vivendo uma situação de vida sub-humana, para quem quase tudo é negado. Cotidianamente vê seus direitos sendo violados vivendo e convivendo com diferentes manifestações de violência.

Mas quem é essa população? E quem é essa população que faz das ruas da cidade de Santos sua morada?

Trata-se de uma população heterogênea, mas que tem algumas características comuns que os igualam e identificam em suas formas de ser e viver no mundo. Suas trajetórias de vida revelam processos de perdas e rupturas: perda de emprego, perda de moradia, perda de vínculos familiares, de amigos, de autoestima, de autonomia, de esperança e perda da dignidade humana. Já tiveram empregos formais com ou sem vínculos empregatícios e a maioria com formação educacional fundamental.

São vítimas de violações de direitos humanos vivendo situações de intolerância por parte da sociedade. A violência policial, a discriminação e o preconceito são ingredientes principais na vida cotidiana das pessoas em situação de rua ou na rua. O mundo da rua..... o viver na rua...em condições de rua é um fenômeno complexo e multifacetado recortado por diversos processos sociais, econômicos, político, institucionais, familiares, psicológicos, objetivos e subjetivos.

Morar na rua é uma escolha? Uma decisão? Ou uma determinação social?

No levantamento de pessoas vivendo na rua, realizado em 2009, muitos foram os motivos indicados pelas pessoas para estarem na rua conforme revela o gráfico.



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.

Os dados indicam que a situação de desemprego, questões de quebra de laços familiares (separação, problema com pais ou morte, marido ou filhos) e a perda de moradia são os motivos centrais que determinam e condicionam o uso da rua como espaço de moradia. Ressalta-se que a resposta de ameaça/violência é a menos apontada. No entanto, um olhar mais aguçado dá indicações de que a violência é um tema central nos motivos que levam as pessoas tomar a rua como espaço de moradia. Não ter onde morar ou perder a moradia, problemas com os pais, não ter emprego, assassinato de filhos se inscreve num quadro geral de violência.

Os dados do Censo de 2009 no município de Santos reafirmam os resultados da pesquisa nacional com população em situação de rua realizado em 2007 em 71 cidades brasileiras, incluindo nelas Santos. Na pesquisa nacional os motivos apresentados foram: problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Enfatiza-se que 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos que podem estar relacionados entre si ou um ser consequência do outro (MDES:2008-7).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como “o uso intencional da força ou do poder físico, de fato ou como ameaça, contra si mesmo, contra pessoas ou um grupo ou a comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidade de causar lesões, morte, danos psicológicos, transtornos no desenvolvimento ou privações” (OMS:2002). O termo “poder” incluído na definição visa especialmente enfatizar que a violência envolve atos relacionados a relações de poder – poder do dinheiro, das armas, da autoridade, do conhecimento - que envolve tanto ameaças, intimidações até a destruição do outro.

A assembleia Mundial de Saúde de 1996 considerou a violência como um importante problema de saúde pública mundial e indicou a OMS para elaborar uma tipologia da violência. Em 2002 O Informe Mundial sobre a violência e a saúde (OMS:2002) em seu prefácio anuncia que a violência é uma constante na vida das pessoas em todo mundo, afetando a todos. O informe aponta dados sobre a violência em nível mundial e propõe uma categorização da violência.

Na tipologia elaborada pela OMS são identificadas três grandes categorias de violência: violência auto infligida; violência interpessoal; e, violência coletiva. Nesta classificação, distingue-se a violência infligida a si mesmo, as que envolvem poucas pessoas, familiares ou não, como a violência provocada pelos Estados, corporações, grupos econômicos e grupos políticos.

Na categoria Violência auto-infligida estão incluídos os comportamentos suicidas - pensamentos suicidas, tentativas de suicídio e suicídios consumados - auto lesões e automutilações, ou seja, atos violentos que as pessoas dirigem a si mesmo.

Na categoria Violência interpessoal estão incluídas violência contra outras pessoas, podendo ser dividida em duas subcategorias: Violência familiar ou de parentesco e a Violência comunitária. A violência familiar ou de parentesco trata-se da violência produzida no âmbito familiar/doméstico – seja por membros da família ou por parente e se manifesta através de maus tratos contra criança e adolescentes, violência de gênero (companheiros), em especial a violência contra a mulher, violência contra o idoso e a pessoa com deficiência, violência sexual. Já a violência comunitária é aquela que ocorre entre pessoas que não têm relações de parentesco ou familiar que podem ou não se conhecer. Manifesta-se através da violência juvenil, violência sexual por parte de estranhos, violência nas escolas, violência no trabalho, violência nas prisões e estabelecimentos de reclusão, violências em organizações de idosos e demais abrigos de diferentes segmentos, entre outros.

A categoria Violência coletiva subdivide-se em três subcategorias: Violência social, Violência política e Violência econômica. Tal divisão faz referência aos autores da violência cometida. A violência Social seria aquela cometida por grupos organizados, ações terroristas e a própria violência de massas. A violência política inclui a guerra e outros conflitos violentos – conflitos e atos similares do Estado, em particular, dos Estados autoritários que usam da violência e repressão. A violência econômica motivada por grandes grupos e corporações motivados pelo lucro.

As categorias anteriores enfatizam o autor da violência. No entanto, o informe trabalha também para cada categoria, a natureza dos atos violentos, que podem ser: físicas, sexual, psíquica, privações e falta de cuidado e negligência.

Retomando as motivações que levam pessoas a tomar a rua como espaço de moradia e trabalho, relacionando-as com as categorias de violência da OMS, observa-se que o conjunto das motivações relaciona-se a inúmeras manifestações de violência, sejam elas interpessoais do âmbito doméstico: brigas com pais, separações; e outras, encobrem violências comunitárias: ameaças, como também encobrem violência coletiva, expressa no desemprego e na falta de moradia. Trata-se daquela violência denominada por Minayo (1999) de violência estrutural decorrente da forma como a sociedade capitalista

está organizada, que gera profundas desigualdades sociais entre as classes sociais, gerando dificuldades de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos a maioria da população: se expressa através do desemprego e acesso aos direitos sociais. Trata-se da violência do Estado e de atos similares provocados por grupos econômicos e políticos.

Há que se ressaltar que os conjuntos destas violências se interpenetram, não podendo ser explicadas separadamente, mas nas suas múltiplas inter-relações. No entanto, os dados fornecidos pelo Censo não permitem um aprofundamento da questão.

Os motivos que levam as pessoas a fazerem da rua seu espaço de moradia, como vimos, vinculam-se direta ou indiretamente a diferentes manifestações de violência e devem ser explicado a partir da conjuntura atual.

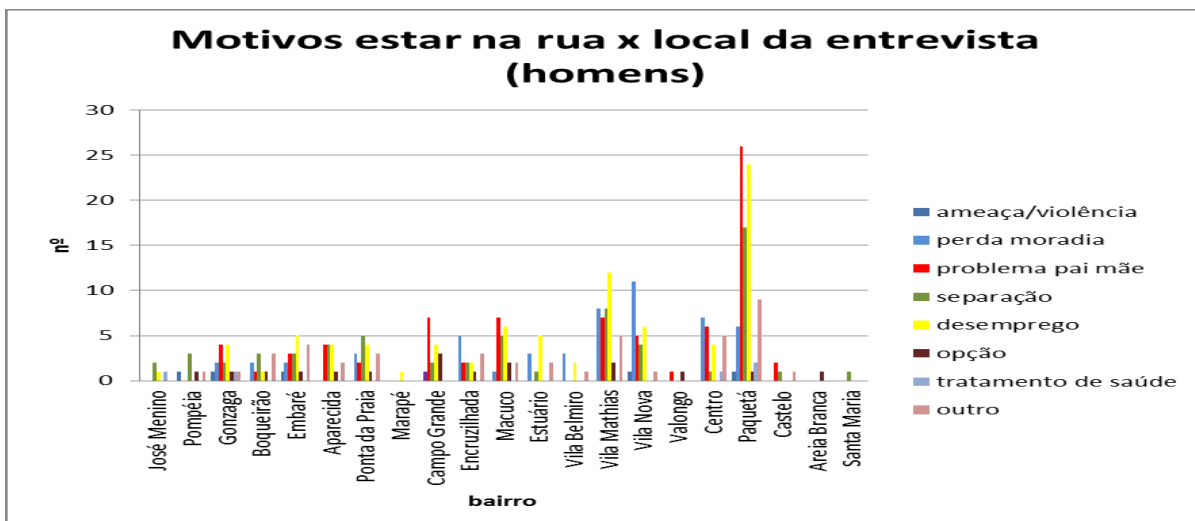
Os motivos do desemprego tem que ser analisados a partir das transformações no mundo do trabalho que vem gerando o desemprego estrutural, deixando parcela significativa de trabalhadores sem possibilidades de retornar ao mercado formal de trabalho. As mudanças no processo produtivo e do mercado de trabalho trazem novas e crescentes exigências de qualificação profissional para as quais a população que vive na rua e da rua não está preparada. É notável a trajetória de trabalho de moradores de ruas, que expulso de seus postos de trabalho, - por alguém melhor qualificado - passam a assumir postos abaixo de sua qualificação até chegar à situação de carrinheiro, catador de papel, vendedor em farol e mendicância. Os programas de inserção no mercado de trabalho ou mesmo de geração de renda atingem muito pouco essa população. As crises econômicas que afetam diretamente o cotidiano das pessoas e famílias esgarçam vínculos sociais e familiares e comunitários que muitas vezes levam parcelas da população a ter como única alternativa o mundo das ruas e dos albergues espalhados pelas cidades. Uma sociedade organizada através de um processo concentrador de renda que expressa profundas desigualdades sociais, aliada as crises econômicas geram aquilo que Hobsbawm denomina da presença de miseráveis sem teto.

Essas são apenas três causas evidentes do crescimento de moradores em situação de rua no conjunto das cidades brasileiras. Buscar respostas somente nas situações singulares dos moradores seria desconsiderar que a

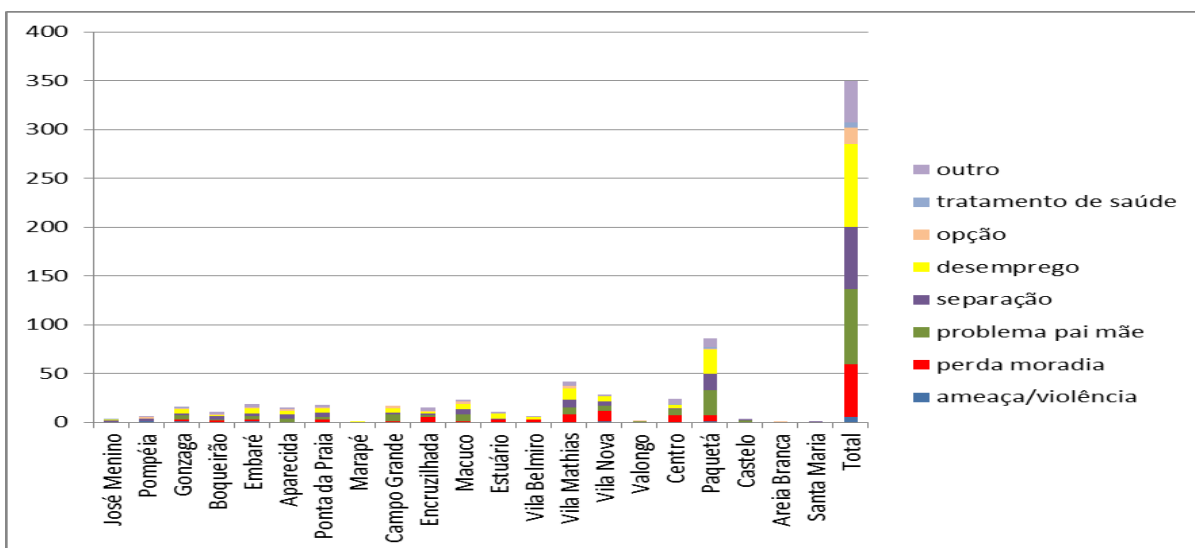
sociedade capitalista para poder desenvolver gera seus exércitos de sem teto, que vivem em condições desumanas como os refugos sociais.

Para essa população pouco ou nada é oferecido, pois as políticas sociais voltadas para esse segmento são pontuais, fragmentadas e tendem a desenvolver propostas excludentes, focalizadas e que pouco vem contribuindo para o enfrentamento da questão. São expulsas das áreas consideradas nobres, no caso de Santos, são expulsas da orla e dos bairros nobres, pois sua presença incomoda e provoca medo nas pessoas, revelando um processo higienista. O Censo Nacional de População de Rua realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome em 2007 revela que a população em situação de rua sofre muitas discriminações, como a de ser impedida de entrar em determinados espaços públicos (MDES:2007-13). A pesquisa realizada em 71 cidades brasileiras, incluindo a cidade de Santos, indica que 31,8% de pessoas em situação de rua são impedidas de entrarem em estabelecimentos comerciais; 31,1% em shopping; 29,8% em transportes coletivos; 26,7% em bancos; 21,7% em órgãos públicos; 18,4% atendimento na rede de saúde; 13,9% tirar documentos. Ou seja, esses dados revelam como a população que faz da rua sua moradia é impedida de ocupar lugares públicos pela sua condição de vida.

Os gráficos a seguir revelam os locais onde as pessoas estavam no momento da entrevista relacionado com os motivos para estar na rua. Observa-se que a maioria das pessoas em situação de rua concentra-se nas áreas centrais: centro, Paquetá, Vila Mathias e Vila Nova. Observa-se ainda que nessas áreas as motivações para estar na rua ou que determinam estar na rua são: desemprego, problemas com os pais e perda de moradia.



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.

Em pesquisa realizada por ROSA (2005) com população de rua, um relato é paradigmático e revelador:

A vida é uma correria doida para o nada, uma roda gigante, ora você estão em cima, ora lá em baixo, a vida é isso. É preciso que haja uma reviravolta no país, porque com poucas alternativas do ponto de vista das políticas públicas e a milhares de pessoas como eu jogadas na rua. ROSA (2005:79).

O fenômeno da população em situação de rua para além da sua complexidade apresenta motivações típicas da estrutura da sociedade capitalista, que para gerar riquezas, gera pobreza e situações de

desigualdades sociais. Situações de desemprego, perda de moradia, crises econômicas provocam impactos sociais que podem determinar a rua como possibilidade para uma parcela da população. A situação de rua é a

“expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo”. (Silva, 2006, p.95).

Historicamente, as respostas do Estado e da sociedade civil à questão da população de rua, oscilam entre propostas, higienistas, assistencialistas, paternalistas e de cunho profundamente autoritário, voltadas para alimentação e abrigo, via de regra, em condições precárias e desumanas.

Em 2008 foi elaborada a Política Nacional para Inclusão da população em situação de rua (MDES:2008) com objetivos de orientar gestores públicos para elaboração e execução de políticas voltadas para este segmento da população. Na introdução do documento reafirma-se a situação de exclusão e estigma que marcam e submetem essa população. *“Sua presença incomoda e desconcerta quem busca ver nas ruas a mesma tranquilidade asséptica de conjuntos habitacionais com circulação restrita de pessoas”* (MDES:2008-3). No documento, população em situação de rua é definida como

“um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento” (MDES:2008-9).

A Política define como seus princípios básicos:

I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;

II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos.

e culturais;

III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;

IV - Não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;

V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua.

Portanto, em seus princípios, reafirmam-se direitos individuais, sociais, políticos, econômicos e civis da população em situação de rua, resgatando sua dignidade enquanto ser humano. Pessoa humana como outra qualquer com direito de usufruir, permanecer, ser acolhida e inserida na cidade, não ser discriminada e nem sofrer qualquer tipo de ato violento ou vexatório.

O documento ainda trata das diretrizes gerais da política e de ações estratégicas. Estratégias voltadas para direitos humanos que envolvem entre outras: capacitação de operadores de direito do Estado, em especial, de policiais em direitos humanos; combate a impunidade de atos criminosos dos quais esta população tem sido alvo; assistência jurídica. Na estratégia trabalho e emprego envolve capacitação, qualificação, estabelecimento de parcerias poder público e privado, formas cooperadas de trabalho entre outras; do ponto de vista do desenvolvimento urbano e habitação: criação de alternativas de moradias financiadas pelo governo federal; locação social; reformas de imóveis públicos para uso de moradia entre outros; do ponto de vista da Assistência Social: estruturação da rede de acolhida; produção e sistematização de informações; inclusão da população no CAD-Único do governo federal; assegurar a inclusão de crianças e adolescentes em situação de rua no PET; inclusão no BPC e no Bolsa Família, entre outros.

3.3 Serviços/Moradia (porque *DORMIR NA RUA?*)

Classificando diferentes situações, Vieira et al. (1994) identificam três comportamentos em relação ao pertencimento à rua:

- Ficar na rua – compreende situações circunstanciais, como aportar na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes, e em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, pernoitam em rodoviárias, albergues, ou outros locais públicos;
- Estar na rua – pessoas que não considerando a rua tão ameaçadora, estabelecem algum tipo de relação com outras pessoas que se encontram na rua, usam a rua como lugar de pernoite e de dia assumem como estratégia de sobrevivência pequenas tarefas com algum rendimento, como guardar carros, descarregar cargas, catar papéis ou latinhas.
- Ser da rua – é quando a rua entra no íntimo da pessoa, em que não existe mais diferença, a rua faz parte do existir. A rua é o lugar de dormir e comer, do prazer, das relações, as pessoas estão há tanto tempo na rua que, em geral, encontram-se debilitados física e mentalmente, devido ao uso de álcool e drogas, à alimentação deficitária e à exposição e vulnerabilidade à violência.

Do ponto de vista de gênero, as mulheres sempre são minoria na rua e, aquelas que lá estão têm trajetórias e adotam estratégias diferenciadas de seus companheiros de rua. Tiene (2004) aborda a diferença que é para as mulheres estarem no espaço público da rua, socializadas para estar em local doméstico e protetor, em contraste com os homens, para os quais a rua é o espaço público, onde foram acostumados a conviver e buscar a sobrevivência.

A população de rua não tem visibilidade para os órgãos oficiais de estatística, os Censos Demográficos não contam essa população, em função da sua falta de referência de moradia. Historicamente invisível aos olhos do Estado brasileiro, as pessoas em situação de rua foram deixadas de lado.

No final da década de 1980 e início dos anos noventa, a Constituição Federal de 1988, considerou os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconhecendo a Assistência Social como política pública. Dessa maneira, o poder público passou a ser

responsável pela manutenção de serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo direitos de cidadania para esse segmento social. Mas a garantia de direitos sociais, não tem sido suficiente para evitar a repressão e segregação das pessoas que vivem nas ruas, pano de fundo de ações violentas, como execução e extermínio.

De acordo com Costa (2005), as pessoas que vivem em situação de rua sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos e, para sobreviverem, se utilizam de diferentes estratégias. Frequentam, quando acham necessário, os abrigos e albergues disponíveis na rede de Assistência Social, onde há oferta de leito, roupa para trocar, material de higiene e alimentação e o apoio dos profissionais que garantem condição de convivência. Sempre segundo a autora, os serviços de abrigagem, deixam de ser frequentados, diante das rígidas regras neles estabelecidas em função da necessidade de organização e convivência. Mas a rede de serviços assistenciais deve ser compreendida enquanto espaço de travessia para o acesso às demais políticas públicas. Nessa perspectiva, além de ser ampliada em oferta, precisa também se adequar, aproximando-se cada vez mais da realidade de vida dessa população desabrigada. Além disso, deve buscar a permanente qualificação da oferta que disponibiliza, garantindo condições dignas de atendimento.

Antes de começar a análise deste capítulo, convém lembrar a afirmação de que as respostas relativas à indagação *porque Dormir na Rua?* revelam, nos serviços que oferecem espaços de pernoite, formas de violência travestidas de regras de convivência que não podem ser desrespeitadas.

Relembrando, o Censo arrolou 507 pessoas na situação de rua e desse total, 119 pessoas (**23%**) encontravam-se abrigadas, 83 (**16%**) em equipamentos da prefeitura - 63 (**12%**) no Plantão Social e 20 (**4%**) no Abrigo provisório - e 36 (**7%**) nas ONGs - 24 (**5%**) no Albergue Noturno e 12 (**2%**) na Missão Belém - e 388 pessoas (**77%**) estavam na rua. .

Os gráficos sobre local da entrevista e por sexo também ilustram os comentários anteriores da predominância da rua como opção de pernoite e do sexo masculino nesse contexto. Enquanto os homens dormindo na rua representam 75,6% do total de homens, as mulheres na rua alcançam 63,4%.

Outro dado interessante refere-se à indagação acerca do número de noites dormidas na rua na última semana, que também revela comportamentos diferentes por sexo; na declaração correspondente a sete noites na rua, os homens alcançaram 67,7% e as mulheres 50,0%, na de zero noites na rua, o comportamento se inverte, os valores passam a ser 21,3% e 38,6%, respectivamente.

Considera-se importante trazer outros elementos que apareceram no Censo de População em Situação de Rua, para entender melhor essa população. Lembre-se que a pesquisa foi feita tanto na rua quanto em serviços de acolhimento. Uma das questões analisadas foi à preferência por dormir na rua ou nas instituições.

Entre dormir na rua ou em abrigo – excetuando as opções Não sabe e Não respondeu -, 64,1% preferem dormir na rua - 52,5% das mulheres e 65,2% dos homens -, enquanto 35,9% - por sexo, 47,5% e 34,8% respectivamente - preferem dormir nas instituições.

Quando questionadas sobre o local onde elas costumam dormir 72,6% - 75,0% homens e 55,8% mulheres - responderam a rua e 21,2 equipamentos de acolhida. A diferença entre o que se costuma fazer e as preferências talvez possa ser atribuída à demanda reprimida nos serviços.

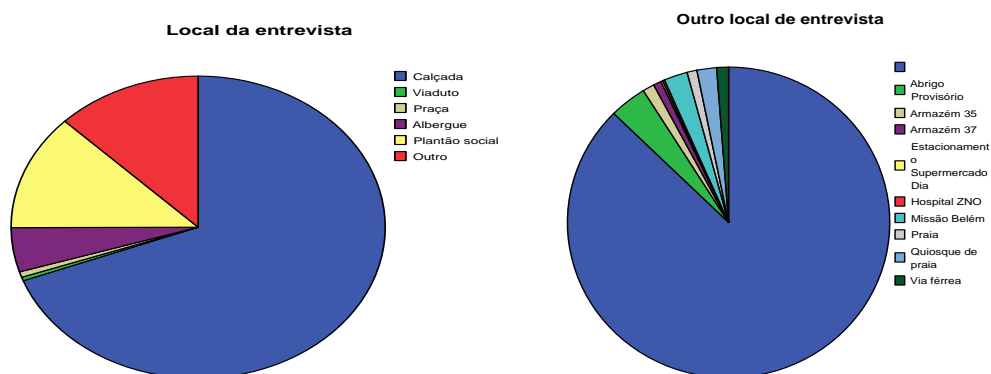
Outra situação instigante é a que se deriva da informação da preferência por dormir na rua. Dentre os que preferem dormir na rua 19,7% alegam falta de liberdade dentro dos serviços de acolhimento, 7,1% alegam problemas com os horários rígidos, 9,9% problemas com a proibição do uso de álcool e drogas, 0,3% proibição de fazer sexo e 1,2% não gostam do banho obrigatório. Embora sejam razões diferentes, parece que poderiam ser agrupadas no conceito mais amplo de falta de liberdade.

Por outro lado, 8,7% dos moradores em situação de rua informam que preferem dormir na rua porque as instituições estão sempre com falta de vagas e 13,8% alegam maus tratos e violência nas instituições. Pelo lado das pessoas que preferem dormir nas instituições, 34,9% alegam problemas com a violência, 21% desconforto, 13,1% aspectos climáticos, 10,9% dificuldade para higiene pessoal, 7,9% ação policial.

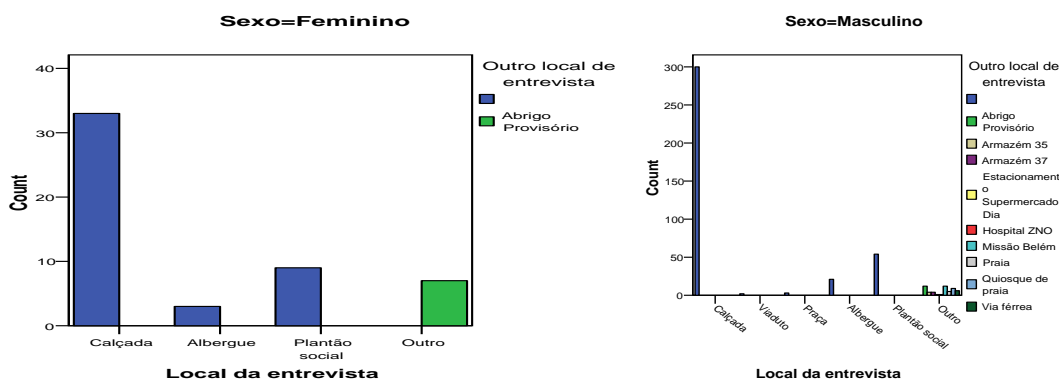
Todos esses dados e análises levam a construção do raciocínio de que os motivos declarados no quesito de preferência por dormir na rua podem ser agrupados sob o rótulo de fuga da violência dos serviços e encontro com a liberdade. Por outro lado, os que preferem dormir nas instituições – em sua maioria mulheres -, o fazem por medo e fuga da violência da rua e encontro com a segurança.

Finalizando o tema da moradia na rua, apresenta-se a variável relativa ao tempo em que as pessoas moram/dormem na rua, produzindo a desconstrução do conceito das pessoas que estão em situação de rua como “trecheiros”, perambulando de uma cidade à outra em busca de oportunidades sem estabelecer nenhum vínculo nas mesmas. Com efeito, em relação ao tempo de moradia na rua, 14,5% das respostas correspondem ao período de Mais de 1 ano até 2, e 30,3% a Mais de 5 anos, alcançando somados 44,8%, configurando uma **real** população em situação de **moradia** na rua.

População em Situação de Rua por Local da Entrevista, Santos, 2009.



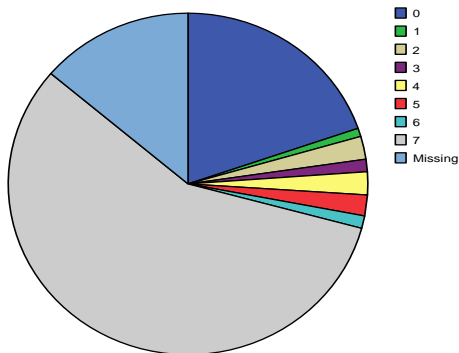
População em Situação de Rua por Local da Entrevista e Sexo, Santos, 2009.



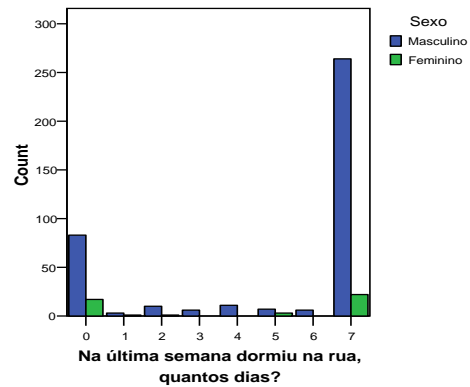
Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social.

População em Situação de Rua por Dias na Semana de Pernoite na Rua e Sexo, Santos, 2009.

Na última semana dormiu na rua, quantos dias?

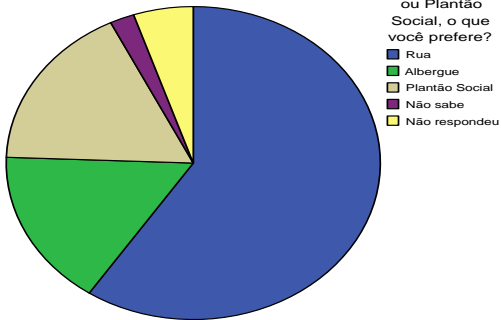


Bar Chart

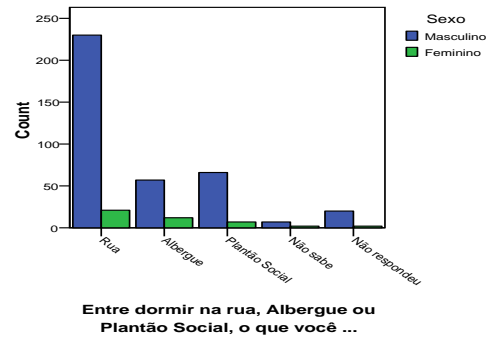


População em Situação de Rua por Local de Preferência de Pernoite e Sexo, Santos, 2009.

Entre dormir na rua, Albergue ou Plantão Social, o que você prefere?

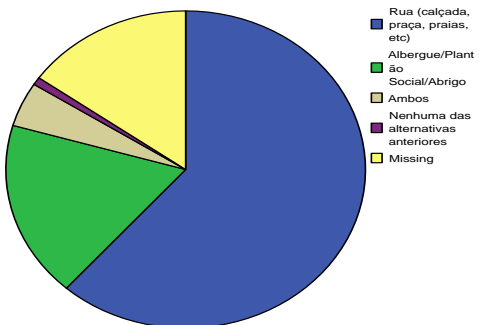


Bar Chart

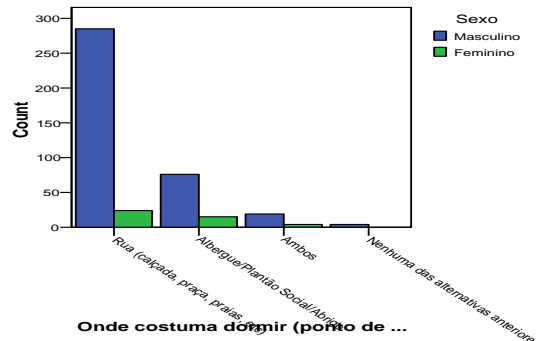


População em Situação de Rua por Local de Pernoite e Sexo, Santos, 2009.

Onde costuma dormir (ponto de pernoite)

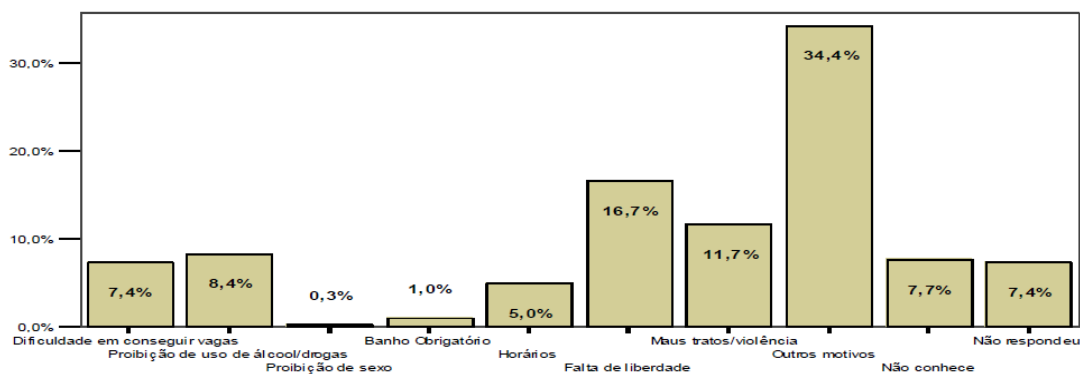


Bar Chart



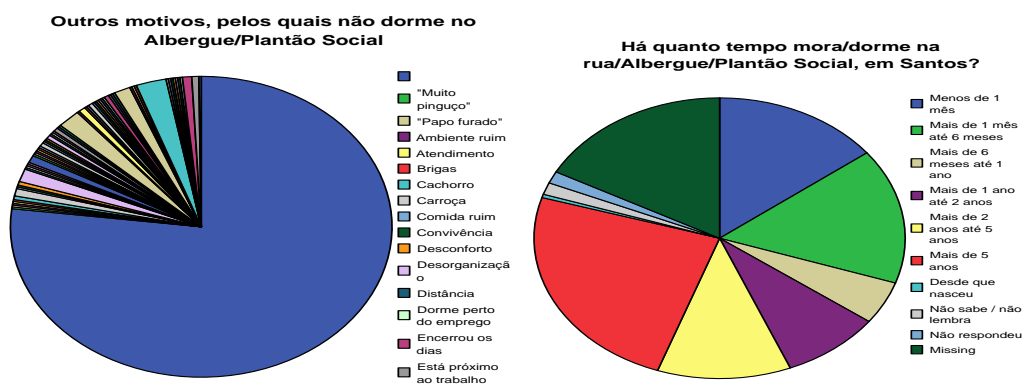
Por que não prefere dormir em abrigo (PMS/ONG)?

Statistics : Responses Percent



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social

População em Situação de Rua por Motivo e Tempo de Pernoite na Rua, Santos, 2009.



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social

3.4 Trabalho (de que **VIVER DA RUA?**)

Para compreender as diferentes dimensões das formas de trabalho, estratégias de sobrevivência dos moradores de rua há necessidade de contextualizá-las nas configurações dos processos de desvinculação econômico-ocupacional, específicos das sociedades contemporâneas nos países centrais estendendo-se a sociedade brasileira. No entanto, há uma dimensão de complexidades na situação de morador de rua, uma delas constitui-se no cotidiano de exclusão social vivenciado em um espaço definido, a rua. Nesse espaço, diferentes formas de resolução das necessidades são organizadas todos os dias.

As trajetórias desses moradores em situação de rua são constituídas pelo movimento, pela perambulação e pelo nomadismo que lhe é característico

(Scorel,1998). Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelos moradores de rua são formas de interações sociais específicas, no espaço urbano, por realizar em público atividades definidas como privadas estruturadas no domínio da rua. Nesse sentido, as estratégias de sobrevivência são constituídas em uma esfera dimensional entre o público e o privado e se estabelecem nas condições possíveis em um determinado espaço transitório.

Nesse trabalho, os moradores em situação de rua no município de Santos responderam duas questões relacionadas às atividades de trabalho elaboradas pela equipe da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santos:

1º O que você faz para ganhar dinheiro hoje em dia?

2ª Quais as outras coisas que você faz para ganhar dinheiro?

Das 430 pessoas que responderam a essas questões, 386 são do sexo masculino e 44 do sexo feminino. Com relação à primeira questão, a atividade com maior concentração apontada pelos homens foi a de catador de material reciclável com 29%, seguido de 13,7% de cuidador de carro e 12,4% de atividades na construção civil.

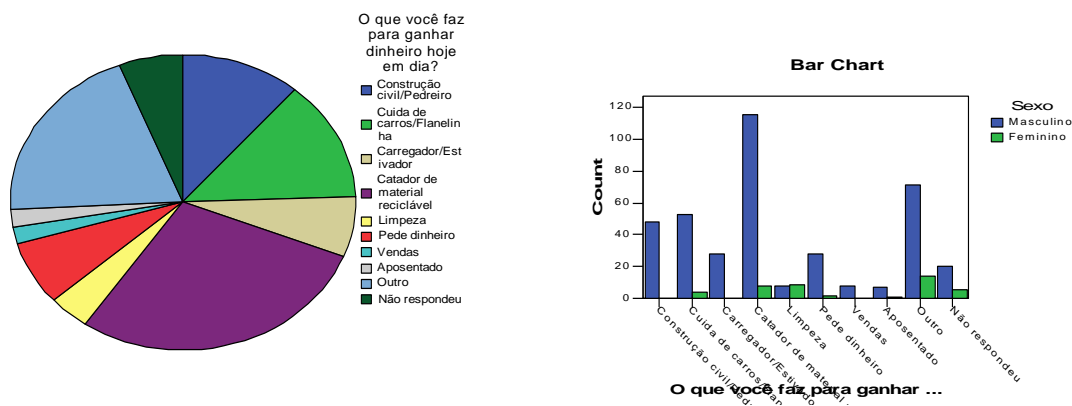
Com relação às mulheres, na primeira questão evidenciam-se as atividades de limpeza com 20,5%, 18,2% catador de material reciclável, 4,5% pedir dinheiro, no entanto a maior concentração está no quesito outros com 31,8%. Na segunda questão aberta respondida pelas mesmas pessoas, as mulheres estão distribuídas em artesanatos 5,6%, bico 5,6%, ONG 5,6%, pesca 5,6%, pedir dinheiro 16,6%, Programa 5,6%, conforme mostra o gráfico. Ainda entre estas 22% responderam estar sem ocupação.

A predominância das atividades desenvolvidas pelos homens está relacionada ao descarte, ao consumo, ou seja, ao material reciclável. Nas mulheres, primeiro verifica-se uma concentração voltada para a limpeza e em segundo catadoras de material reciclável. Conforme mostra a figura e o gráfico (abaixo) há também uma diversidade significativa de outras atividades exercidas, além das citadas na primeira questão. As atividades são sempre sem a exigência de qualificação, sem uma continuidade que permita contar com esse recurso.

O capitalismo flexível (Harvey, 2000), gerou um aumento substancial nas formas de consumo e descarte transformando as questões relacionadas ao lixo de todas as formas, um dos principais problemas do mundo contemporâneo. O catador de material reciclável, morador de rua, nesse cenário urbano de acumulação capitalista, aproveita-se do lixo para criar uma estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, esse trabalho precário embora visível oculta a subordinação desses moradores pela espoliação nos processos de acumulação próprio das sociedades capitalistas. As questões ambientais quando equacionadas pelo desenvolvimento sustentável devem incluir as condições de vida das pessoas envolvidas em contextos sociais onde há impactos.

A cidade de Santos, município sede da Região Metropolitana da Baixada Santista ainda não tem uma política de coleta de lixo efetiva e diária. Com isso, sem nenhuma medida de cuidado e segurança o morador de rua vai buscar o seu sustento colocando em risco sua saúde e sua dignidade. Além do estigma criado em função dessa atividade de catador de material reciclável, no sentido de se construir um olhar social do morador de rua a partir unicamente do enfoque dessa estratégia de sobrevivência, sem contextualizar a situação como um todo.

População em Situação de Rua por Forma de Ganhar Dinheiro e Sexo, Santos, 2009.



Fonte: Censo de População de Rua 2009. Prefeitura Municipal de Santos. Secretaria de Assistência Social

Quanto a escolaridade dos entrevistados os dados mostram que tanto as mulheres 67,4%, como os homens 67,5% cursaram o Ensino Fundamental. No Ensino Médio há um percentual de 19% dos homens e 20,9% de mulheres.

Há também 4,2% homens com ensino superior. Além desses, 5,6% dos homens e 4,7% de mulheres responderam que nunca estudaram. Também há um percentual de 3,7% de homens e 7% de mulheres que responderam que não se lembram ou não sabem.

O quadro apresentado pela escolaridade dos moradores de rua não permite a inserção dessa população no mercado de trabalho formal. Esta situação somada a outros fatores não avaliados nesse trabalho, por se tratar de um censo, como as condições de saúde física e psicológica, bem como as suas histórias de vida individuais e coletivas, cristalizam a situação de vulnerabilidade dessas pessoas.

A situação é caracterizada pela falta de acesso as possibilidades de uma vida com dignidade. As políticas públicas voltadas a essas populações são insuficientes para promover uma superação ou uma atuação desses enquanto sujeito político. Há uma complexidade que exige políticas com ações interdisciplinares. Mas a reflexão dessa temática não pode excluir uma preocupação com a educação pública como formadora de capital social .

"(...) as disposições negativas no tocante à escola levam a maioria das crianças de classes e frações desfavorecidas culturalmente à auto-eliminação, como por exemplo, a depreciação de si mesmo, a desvalorização da escola e de suas sanções ou a resignação ao fracasso e à exclusão, devem ser compreendidas em termos de uma antecipação fundada na estimativa inconsciente das probabilidades objetivas de êxito viáveis para o conjunto da categoria social, sanções que a escola reserva objetivamente às classes ou frações de classes desprovidas de capital cultural (BOURDIEU, 2001, p. 310)."

4. Impactos Social e Acadêmico do trabalho desenvolvido

O desenvolvimento do projeto permitiu uma participação mais ativa da universidade no entendimento da situação dos moradores de rua, inclusive estimulando reflexões sobre a necessidade de mudanças no funcionamento dos serviços que os atendem.

A realização de entrevistas, no entorno do Campus Baixada Santista - região caracterizada pela alta frequência de população em situação de rua -, com o objetivo de conhecer a história de vida dessas pessoas, tão próximas

territorialmente e ao mesmo tempo tão excluídas socialmente, permitiu levantar hipóteses sobre os determinantes sociais, econômicos e culturais da realidade deste local.

As atividades desenvolvidas possibilitaram o compartilhamento de informações sobre as condições de vida e saúde da população em situação de rua entre docentes e estudantes de diferentes áreas de ensino e pesquisa (Saúde Coletiva, Sociologia, Serviço Social e Psicologia) que se esforçaram em construir práticas para além de suas atribuições convencionais.

Procurou-se, portanto, viabilizar a extensão como ato educativo vinculado ao processo de formação e, desse modo, aproximar a comunidade acadêmica das demandas, desafios e possibilidades presentes na realidade social. É possível afirmar que o projeto possibilitou reflexões sobre acontecimentos que atravessam o cotidiano da população em situação de rua, além de ter promovido sensibilidade para escuta e observação e um novo olhar para a região onde o Campus Baixada Santista está inserido.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zgmunt. **Vidas Desperdiçadas**. RJ, Zahar, 2005
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003 [Links]
- BRAÑAS S. R. **Catadores de lixo: estereótipos sociais sobre sua atividade e relação com a escola - Um estudo de caso**. Revistas USP, br/scielo.php.
- COSTA, A.P.M. 2005. **População em Situação de Rua: contextualização e caracterização**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.
- SCOREL, S. **Vidas ao léu: Uma etnografia da exclusão social**. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1998.
- MDES. **Política Nacional de inclusão da população em situação de Rua**, 2008,
- META INSTITUTO DE PESQUISA DE OPINIÃO, SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Sumário Executivo. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**, 2008.
- HOGAN, D.J.; VIEIRA, P.F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992.
- JUNCA, D.C.M. **Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 17, 1996.
- MINAYO, MCS. **A violência sob a perspectiva da saúde pública**. In: Tempo social, SP, Revista de sociologia da USP, maio de 199. V.1
- PEREIRA, J.M.P.D. **População em Situação de Rua: similaridades entre o perfil brasileiro e a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2010.
- ROSA, C MM. **Vidas de rua**. SP, Hucitec: Associação Rede de Rua, 2005.
- SILVA, MLL. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.
- TIENE, I. **Mulher moradora de rua – entre violências e políticas sociais**. Campinas: Alínea, 2004.
- VIEIRA, M.C; BEZERRA, EMR; ROSA, MM. (Orgs.) **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.